

Relatório e Contas'17
BFA Oportunidades

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

- 4 1. INTRODUÇÃO
 - 4 1.1. Dados da Entidade e Auditor Externo
 - 4 1.2. Valorimetria e Unidades de Participação
- 5 2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E DE MERCADO
 - 5 2.1. Mercados Monetário e Cambial Internacional
 - 6 2.2. Actividade Económica Angolana
 - 9 2.3. A Indústria dos Organismos de Investimento Colectivo em Angola
- 10 3. RISCOS ASSOCIADOS
- 11 4. ANÁLISE FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

- 16 1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
- 18 2. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
- 24 3. RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

01

RELATÓRIO DE
GESTÃO

Relatório de Gestão

1. INTRODUÇÃO

A denominação do Fundo é BFA OPORTUNIDADES, constitui-se como Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado denominado em Kwanzas, tendo como capital inicial de AOA 10 000 000 000 (dez mil milhões de Kwanzas), o que corresponde a 10 000 000 (dez milhões) de unidades de participação, o seu registo foi autorizado pela Comissão do Mercado de Capitais (“CMC”) em 04 de Julho de 2017, tendo sido atribuído o número de registo 010/DSOICE-FEIVMF/CMC/07-17 (“Fundo”). O Fundo, com a duração de 1 (um) ano, iniciou a sua actividade em 17 de Agosto de 2017, tendo sido comercializado na totalidade no período de um mês. O Fundo destina-se sobretudo aos investidores que pretendam investir em activos de curto prazo com rentabilidades superiores às oferecidas pela banca nacional. Por outro lado, por se tratar de um fundo fechado, com pouca liquidez, adapta-se aos investidores que não prevejam necessidades de liquidez até à maturidade do Fundo.

1.1. DADOS DA ENTIDADE, DO GESTOR E AUDITOR EXTERNO

A Entidade Responsável pela Gestão

O Fundo é gerido pela BFA Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A, com sede na Rua Amílcar Cabral, n.º 58, com o escritório na rua Kwamme N’krumah Edifício KN10, Maianga - Luanda, com o capital social integralmente subscrito e realizado no montante de AOA 50 000 000,00 (Cinquenta milhões de Kwanzas), registada na CMC em Dezembro de 2016, sob o número 001/SGOIC/CMC/12-2016 (“BFA GA”).

A Entidade Responsável pela Auditoria Independente

O auditor independente do Fundo é a CROWE HORWATH ANGOLA - Auditores e Consultores, S.A, que tem a sua sede no Edifício Caravela, na Praia do Bispo, Av. Dr. António Agostinho Neto, Lote 1, 6º andar, com o capital social de AOA 2 000 000,00, registado na Comissão do Mercado de Capitais sob o n.º006/SAE/DSOICE/CMC/11-2017.

1.2. VALORIMETRIA E UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

Foram estabelecidas por regulamento de gestão do fundo, as seguintes regras de valorimetria e cálculo do valor das unidades de participação:

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor líquido global do Fundo é apurado de acordo com as seguintes regras:
 - i. Os activos da carteira do Fundo são valorizados diariamente pelo método contabilístico (que consiste em fazer a afectação diária das variações positivas e ou negativas directamente ligadas aos activos com a finalidade de se ter o valor líquido global do Fundo na data em análise para fins de valorização dos activos que compõem a carteira) sendo o momento de referência dessa valorização o das 17h00 do dia da valorização (momento adiante designado por Momento de Referência).
 - ii. No que respeita à valorização de títulos de dívida se em casos excepcionais, motivados designadamente por falhas técnicas, não for possível obter preços às 17h00, será considerado o preço do dia anterior.
 - iii. A composição da carteira do Fundo a considerar em cada valorização será a que se verificar no momento de referência;
 - iv. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram a importância dos encargos efectivos ou pendentes, até à data da valorização da carteira. Para esse efeito, são considerados os seguintes encargos imputáveis ao Fundo: encargos legais e fiscais, a taxa de supervisão, a comissão de gestão e a comissão de depósito.

- c) O valor de cada unidade de participação será apurado dividindo o valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação;
- d) O valor líquido global do Fundo é o valor dos activos que o integram, valorizados de acordo com as disposições legais, líquido dos encargos efectivos ou pendentes;
- e) Os valores que integram o património do Fundo serão valorizados de acordo com o estabelecido na alínea anterior b.i (momento de referência da valorização), bem como as normas e disposições legais em vigor em todo o momento;
- f) A entidade Gestora procederá ao cálculo do valor das unidades de participação diariamente.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E DE MERCADO

2.1. MERCADOS MONETÁRIO E CAMBIAL INTERNACIONAL

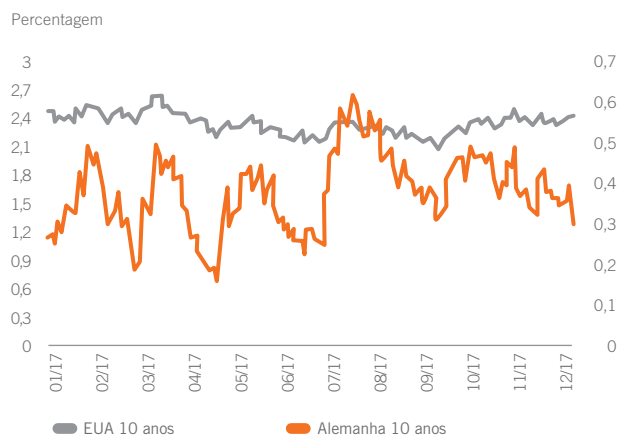
Em 2017, o bom comportamento de algumas economias, levou a que as políticas monetárias se tenham movido para uma abordagem menos acomodatória (ainda que apenas em perspectiva, em vários casos). Em consequência, este bom comportamento levou também a que os yields das principais dívidas soberanas registassem subidas. Nos Estados Unidos, a Reserva Federal elevou o intervalo da taxa dos Fed-funds por três vezes, em Março, Junho e Dezembro. Ao longo do ano, a autoridade monetária foi preparando o mercado para o começo do processo de redução dos reinvestimentos dos activos que tinham sido comprados pela Reserva Federal, que estava anteriormente a ser completamente reinvestidos na altura da sua maturidade. Em resultado dessa perspectiva, a Libor a 3 meses do USD subiu para 1,6943%, o valor mais alto desde o início de 2009. Em 2018, a Reserva Federal espera igualmente 3 subidas da taxa de referência da política monetária norte-americana. Na Zona Euro, não houve alteração de taxas, sendo que, pelo contrário, o BCE reafirmou a promessa de manutenção dos principais instrumentos da política monetária bem para lá do fim do programa de Quantitative Easing. Apesar disso, em Abril as compras de activos foram reduzidas em EUR 20 mil milhões (MME), fixando-se na quantia mensal de 60 MME, e ao anúncio em Outubro de uma nova redução

em 2018 para os 30 MME. Neste cenário, a taxa Euribor a 3 meses manteve-se em valores muito reduzidos, em cerca de -0,33% durante todo o ano de 2017. Em 2018, está previsto o fim do programa de compras de activos do BCE, em Setembro. É de notar, ainda assim, que este fim do programa prevê o reinvestimento dos títulos comprados.

No que toca ao mercado da dívida pública, o movimento geral foi de subida ligeira nos yields, influenciado pela tendência de normalização das várias políticas monetárias mundiais, e pelas perspectivas positivas para o crescimento. A yield do Treasury a 10 anos fechou o ano em 2,405%, praticamente ao mesmo nível do início do ano (2,444%). Em 2018, a yield está a subir bastante, para níveis próximo dos 3%, influenciada pelo receio de subida das taxas de juro. O Bund, por outro lado, teve um movimento de subida desde o início de 2017 (0,189%) até ao final do ano, terminando em 0,427%. Durante este ano, assiste-se até agora igualmente a uma subida da yield, superando já o máximo registado em 2017.

Em 2017, o mercado cambial foi marcado pela queda substancial do dólar. A depreciação de cerca de 12% em relação ao euro, resultou no nível mais baixo do índice cambial agregado do dólar, nos últimos dois anos, de 93.26. Esta trajectória levou o EUR/USD a terminar o ano em 1.20. No reverso da medalha, o euro registou uma apreciação, grande parte impulsionada pela melhoria das perspectivas económicas da Zona Euro.

Yields continuaram em níveis bastante contidos durante o ano de 2017



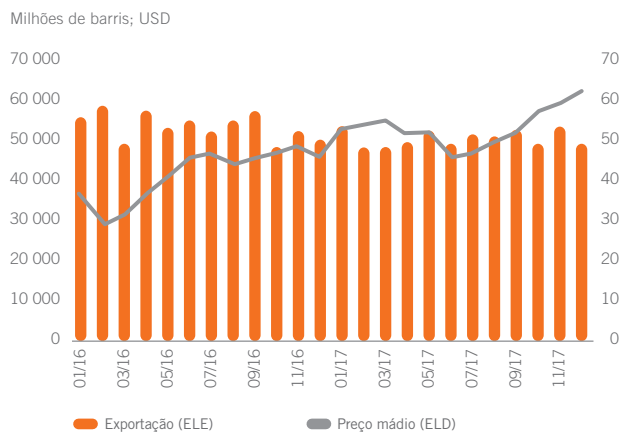
O euro registou um movimento de forte apreciação face ao dólar em 2017



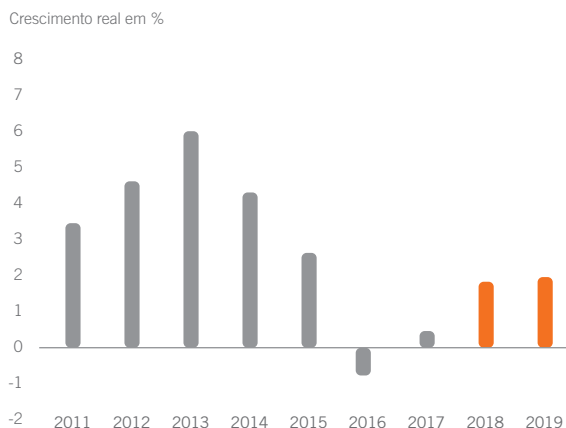
2.2. ACTIVIDADE ECONÓMICA ANGOLANA

Durante o ano de 2017, e de acordo com os números estimados pelo OGE 2018, a economia angolana terá crescido 1,1%, um crescimento moderado mas uma recuperação significativa face à quase estagnação verificada em 2016 (+0,1%). Esta recuperação foi suportada por uma aceleração do PIB não petrolífero, que terá aumentado 1,9% no ano passado, em contraste com uma quebra de 0,5% no PIB petrolífero. Este facto resulta de uma diminuição da produção petrolífera, em milhões de barris por dia (mbd), de 1,78 em 2016 para 1,65 em 2017. Apesar de o preço do petróleo ter continuado em níveis relativamente baixos face à realidade anterior a 2015, em 2017 o preço médio registou uma subida relevante para 48,4 USD/barril, um preço ligeiramente superior à previsão do Governo no OGE 2017 (46 USD/barril). Não obstante, esta recuperação enquadra-se ainda no cenário de baixos preços petrolíferos, com consequências nefastas para a economia de Angola. Nomeadamente, verifica-se um ainda reduzido nível de receitas petrolíferas, em dólares, com um duplo impacto na economia não-petrolífera: por um lado, por via de gastos públicos menores devido a menor receita pública de impostos petrolíferos; por outro, devido a uma restrição na obtenção de divisas, que dificulta a importação de bens de consumo, mas também de matérias-primas necessárias à produção nacional, e de bens de investimento.

Preço do petróleo exportado subiu mas a quantidade mostrou sinais de fraqueza



FMI estima que a economia acelere em 2018, depois de um ano de crescimento modesto



Para 2018, espera-se uma aceleração da actividade económica, sendo que a previsão do Governo aponta para 4,9% de aumento do PIB, o que poderá configurar uma recuperação robusta. Esta expectativa tem como base um preço médio do petróleo de USD 50 neste ano. Ainda assim, a previsão do FMI (e de outras instituições internacionais) é mais modesta, de 2,2%. O Executivo espera, no sector petrolífero, um aumento de 6,1% no PIB (suportado por um aumento da produção petrolífera para 1,85 mbd), com um crescimento de 4,4% do sector não

petrolífero. Será novamente importante a contribuição do sector energético, que deverá crescer cerca de 60%, com a entrada em funcionamento de mais 2 turbinas na barragem da Laúca, e de turbinas a vapor no Ciclo Combinado do Soyo. A agricultura deverá também ser um sector com um robusto desenvolvimento, crescendo 5,9%, suportada pela implementação de vários projectos, entre os quais um projecto financiado pelo Banco Mundial aplicado nas províncias do Huambo, Bié e Huíla.

Sector externo

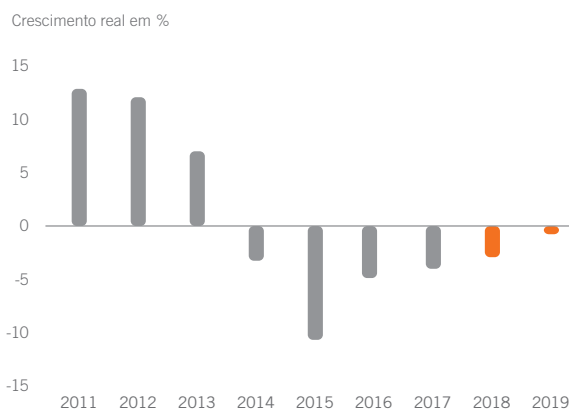
No sector externo, segundo as projecções do FMI, 2017 foi caracterizado por uma ligeira melhoria na situação de desequilíbrio externo em Angola. Olhando para o saldo da balança corrente, este apresentou um défice pelo 4º ano consecutivo, embora 0,6 pontos percentuais abaixo dos 5,1% registados em 2016, e bem abaixo do défice de 10% em 2015.

Para 2018, espera-se uma nova melhoria, mais significativa, para o défice da balança corrente, que ficará em 2,2%. Ainda assim, esta melhoria será acompanhada por uma degradação do superávit verificado na balança comercial de bens, que deverá diminuir: este comportamento será explicado por uma variação maior das importações, comparado às exportações; em volume, as importações subirão 2,9%, enquanto as exportações registarão um aumento mais ligeiro, na ordem dos 1,8%, sendo que durante 2018 é pouco provável que o preço do petróleo suba de maneira a compensar este fenómeno, podendo até registar uma quebra.

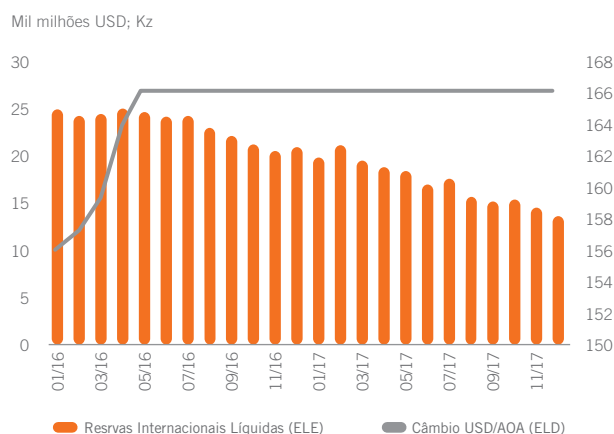
No que toca ao comportamento das reservas em 2017, estas observaram uma descida, de USD 20,8 mil milhões no final de 2016 para USD 13,3 mil milhões no final do ano passado. Este desempenho deveu-se, por um lado, à manutenção do nível bastante reduzido das entradas de divisas (causado pelo baixo preço do petróleo ainda verificado), e por outro, à ausência de correcção cambial no ano passado.

Já durante o ano de 2018, as autoridades procederam a uma mudança no mecanismo de determinação da taxa de câmbio, tornando-o mais próximo a um mecanismo de mercado, em que a moeda desvaloriza por actuação dos bancos em leilão de divisas com o banco central. Assim, até meados de Abril, a depreciação ocorrida foi de mais de 23% face ao USD e superior a 30% face ao EUR - câmbio em cerca de USD 217 e EUR 268.

Angola tem tido défices da balança corrente desde 2014, embora menores desde 2015



Reservas sofreram quebra significativa devido à pressão sobre o Kwanza



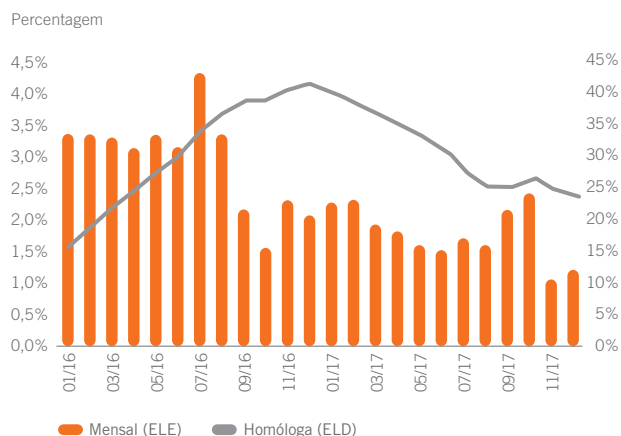
Contas públicas, inflação e taxas de juro

Prevê-se que a execução orçamental em 2017 tenha sido relativamente disciplinada, particularmente tendo em conta as condicionantes do Governo. Assim, o défice terá sido de 5,3% do PIB, menos 0.5 pontos percentuais do que o previsto no OGE 2017. Em 2018, a estratégia será de consolidação orçamental, com o défice a reduzir para 3,4%. Olhando para o nível da dívida pública em percentagem do PIB, este deverá, segundo o FMI, ter chegado aos 65,1% no final de 2017 (incluindo a dívida da Sonangol), o que configura uma diminuição de quase 10 pontos percentuais em relação a 2016, depois de vários anos de aumento. Em 2018, o Fundo espera um novo aumento, embora ligeiro, para os 66,0%, sendo que até 2022 o stock da dívida deverá rondar os mesmos valores em percentagem do PIB.

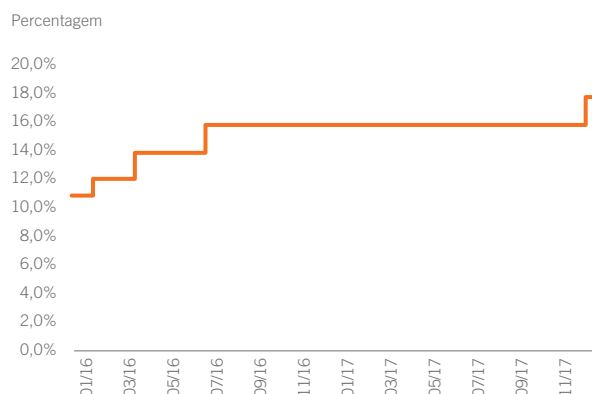
A inflação teve em 2017 o percurso inverso ao observado em 2016, registando ao mesmo tempo uma média bastante semelhante. O valor médio da inflação fixou-se em 31,7% no ano passado, ligeiramente abaixo dos 32,4% registados em 2016, mas, ao contrário do que aconteceu em 2016, a inflação homóloga assumiu um caminho descendente ao longo do ano, desde o máximo anual de 40,4% em Janeiro até um mínimo de 26,3% no último mês de 2017.

A política monetária manteve-se restritiva em 2017, à semelhança de 2016, com o objectivo de fazer recuar a inflação. A taxa de referência do BNA manteve-se em 16% durante quase todo o ano, aumentando para 18% a meio de Dezembro. A taxa de cedência e a taxa de redesconto mantiveram-se em 20% durante todo o ano, enquanto a taxa de absorção a 7 dias testemunhou sucessivas descidas, de 7,25% para 5,25% em Junho, para 3,25% em Julho, para 2,75% em Agosto e para 0% no final do ano, de modo a incentivar os empréstimos no mercado interbancário.

Inflação permaneceu em níveis elevados em 2017, embora tenha descido consideravelmente



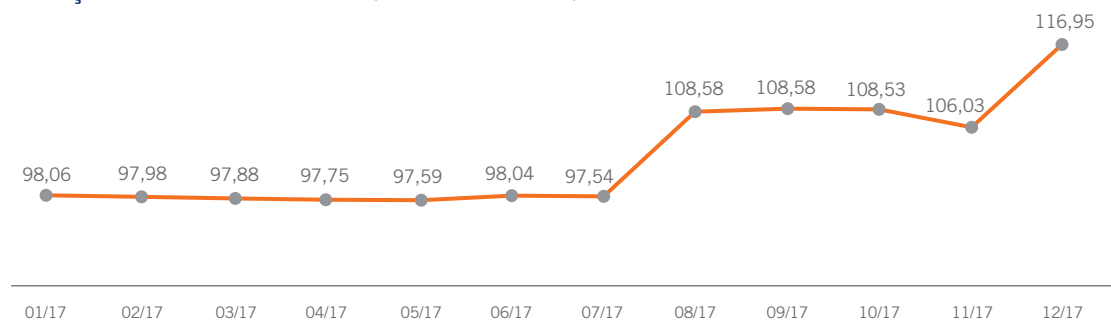
O Banco central manteve a Taxa BNA inalterada até Dezembro, subindo-a nessa altura para 18%



2.3. A INDÚSTRIA DOS ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO EM ANGOLA

Em 2017, o mercado dos Organismos de Investimento Colectivo terminou com um total de AOA 116,95 mil milhões em activos sob gestão, o que representa um crescimento de +19,26% de Jan.17 a Dez.17, com uma variação acumulada durante o ano de AOA 18,89 mil milhões.

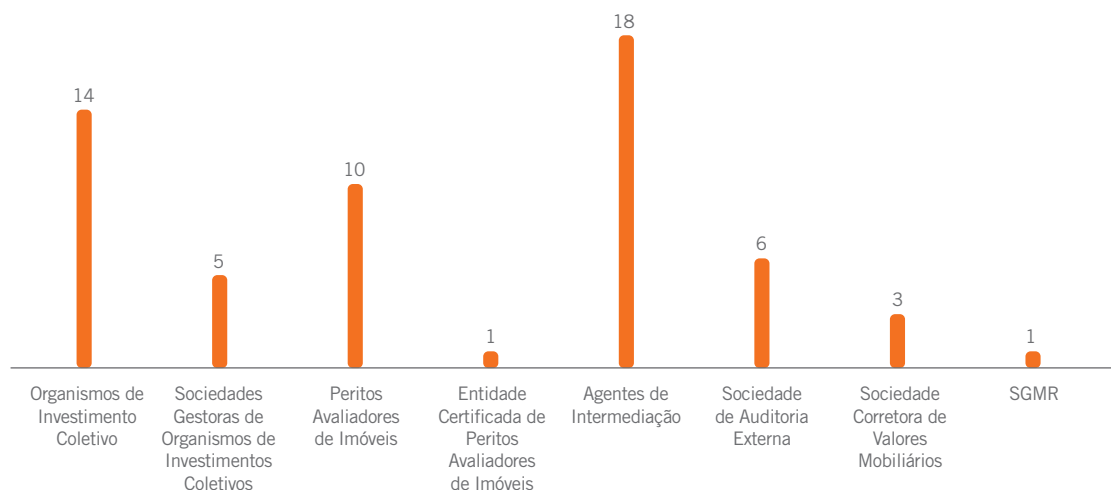
Evolução da Indústria dos OIC (mil milhões AOA)



Fonte: CMC

A CMC terminou o ano com um total de 14 (catorze) fundos de investimento inscritos nas mais diversas categorias, nomeadamente:

- 10 Organismos de Investimento Colectivo em Valores Imobiliários;
- 3 Organismos de Investimento Colectivo em Valores Mobiliários e
- 1 Organismos de Investimento Colectivo de Capital de Risco.



Fonte: CMC

A BFA GA terminou o ano de 2017 com uma quota no mercado nacional dos Organismos de Investimento Colectivo Mobiliários de 33,33% (na óptica do capital inicial dos OICs em actividade), ficando deste modo na 2ª posição no ranking das sociedades gestoras.

Mercados BODIVA

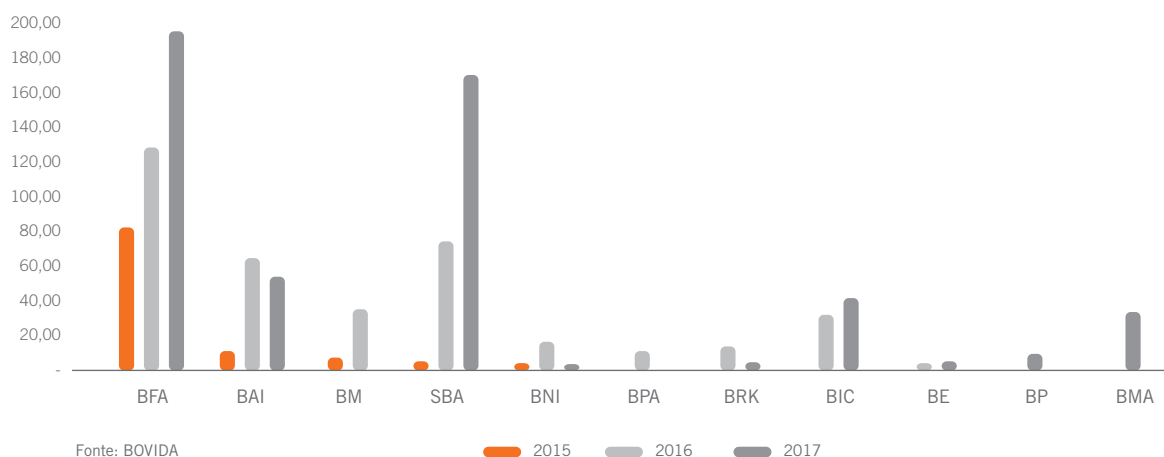
Criação de Infra-estruturas de Negociação e de Pós-Negociação, nomeadamente a Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA) e a Central de Valores Mobiliários de Angola (CEVAMA), implementada;

Foi dado início ao processo de abertura de contas individualizadas na CEVAMA, em Outubro de 2016, tendo sido abertas até Dezembro de 2017 um total de 3131 contas.

Mercado Secundário de Dívida Pública

Em 2017 foram negociadas na BODIVA, transacções avaliadas em AOA 527,39 mil milhões, o que representa um crescimento de +AOA 161,41 mil milhões face ao ano de 2016. Já entre Maio de 2015 a Dezembro de 2017, as transacções foram avaliadas em AOA 1 000,97 mil milhões.

- O volume de Negociações por Intermediários na BODIVA (mil milhões de AOA), foram bastante consideráveis, conforme ilustra o gráfico abaixo, destacando-se o Banco BFA em primeira posição, o SBA em segunda posição e o terceiro lugar a ser ocupado pelo Banco BAI, isto é em 2017.



3. RISCOS ASSOCIADOS

- a) O Fundo está sujeito ao risco associado aos activos que integram a sua carteira, variando o valor da unidade de participação em função desse facto;
- b) O principal risco a que o fundo está exposto, é o risco de crédito que consiste no risco dos emissores dos activos financeiros não cumprirem com as suas obrigações de pagamento de juros e capital;

c) Deverão ainda ser considerados os seguintes riscos:

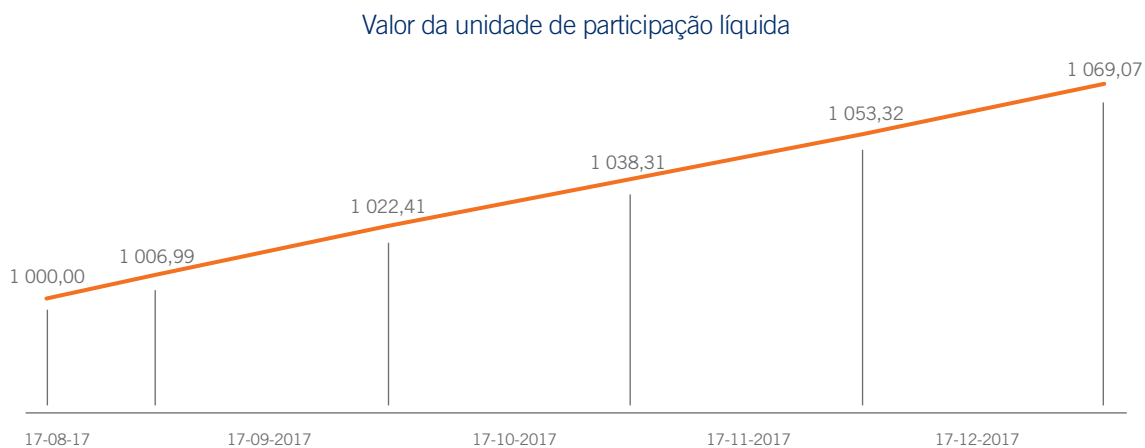
- i. O risco de liquidez, por investir em títulos para os quais poderá existir pouca liquidez;
- ii. Outros riscos: Alteração do quadro legal vigente, incluindo alterações no regime fiscal que possa ter impacto na rentabilidade do Fundo.

4. ACTIVIDADE E DESEMPENHO

Em Dezembro de 2017, o valor sob gestão do Fundo totalizou AOA 10 690 700 000 (dez seiscientos e noventa milhões e setecentos mil Kwanzas), mais AOA 690 700 000 (seiscientos e noventa milhões de Kwanzas) (6,91%) desde o seu arranque, em Agosto de 2017.

No período em análise, o Fundo efectuou investimentos dentro do mercado angolano, nomeadamente em

oportunidades detectadas na dívida pública angolana em moeda nacional, com maturidade residual até 12 meses, cumprindo assim o estabelecido no prospecto no ponto que aborda a questão da política de investimento. Os títulos de dívida pública foram os que mais pesaram na carteira do Fundo, representando 99,80% do total investido. Seguindo-se os depósitos a prazo, cujo valor na carteira do Fundo representou 0,20%.



Quanto ao desempenho, verifica-se graficamente que o valor da unidade de participação do Fundo tem vindo a crescer de modo linear. Tendo em conta as especificidades da

composição da carteira, é expectável que esta tendência venha a manter-se.

5. ANÁLISE FINANCEIRA

5.1. BALANÇO

(Valores em AKZ)

ACTIVO	Notas	Valor Bruto	Provisões Imparidades Amortizações Depreciações	Valor Líquido (31-12-2017)
Disponibilidades	4	21 535 548	-	21 535 548
Títulos e valores mobiliários	5	10 773 362 891	-	10 773 362 891
TOTAL DO ACTIVO		10 794 898 439	-	10 794 898 439

(Valores em AKZ)

PASSIVO	Notas	Valor Líquido (31-12-2017)
Outras Obrigações	6	104 179 452
TOTAL DO PASSIVO		104 179 452
Unidade de Participação	7	10 000 000
Resultado Líquido do Exercício		690 718 987
TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS		10 690 718 987
TOTAL DO PASSIVO + FUNDOS PRÓPRIOS		10 794 898 439

Em 31 de Dezembro de 2017, o total do activo líquido do Fundo ascendia a AOA 10 794 900 000 (dez mil setecentos e noventa e quatro milhões e novecentos mil Kwanzas), distribuídos pelas rubricas de disponibilidades e títulos e valores mobiliários.

Do lado do passivo, registou-se Outras Obrigações, que corresponde ao montante apurado para os encargos legais e de gestão a que o fundo está sujeito.

5.2 DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

(Valores em AKZ)

RUBRICAS	Notas	Período Corrente (31-12-2017)
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS	8	880 648 222
TOTAL DOS PROVEITOS		880 648 222
JUROS E OUTRAS DESPESAS		130 530 400
IMPOSTOS	8	59 398 835
TOTAL DAS DESPESAS	8	189 929 235
APURAMENTO DO RESULTADO		690 718 987

Olhando agora para o valor da riqueza criada durante 2017. O Fundo alcançou em termos de proveitos o montante de AOA 880 000 000 (oitocentos e oitenta milhões de Kwanzas), e as despesas a corresponder o montante de AOA 189 000 000 (cento e oitenta e nove milhões de Kwanzas), justificado pelos encargos legais e aos inerentes a gestão.

¹ O Fundo, iniciou a sua actividade em Agosto de 2017, pelo que, não existem dados comparativos do exercício anterior.

5.3. DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA

Com intuito de mostrar qual a posição da empresa através de uma síntese dos pagamentos e recebimentos efectuados, apresenta-se na tabela em baixo a os fluxos de caixa positivos e negativos ocorridos.

	(Valores em AKZ)
Fluxo de Caixa de Juros e outros Rendimentos	105 477 994
Fluxo de Aquisição de Créditos e Emissão de UTC	10 000 000 000
FLUXO DE CAIXA DOS RECEBIMENTOS	10 105 477 994
Fluxo de Caixa de Juros e Outras Despesas	(124 212 630)
Fluxo de Caixa com Ajustes ao Valor de Mercado	(9 895 515 179)
Fluxo de Caixa de Impostos	(10 740)
Fluxo de Caixa de Comissões	(85 739 042)
FLUXO DE CAIXA DOS PAGAMENTOS	(10 105 477 591)
SALDOS DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO PERÍODO	403
Saldo em Disponibilidade no Início do Período	-
Saldo em Disponibilidade no Fim do Período	403

02

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS E
NOTAS ÀS CONTAS**

Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

(Valores em AKZ)

ACTIVO	Notas	Valor Bruto	Provisões Imparidades Amortizações Depreciações	Valor Líquido (31-12-2017)
Disponibilidades	4	21 535 548	-	21 535 548
Títulos e valores mobiliários	5	10 773 362 891	-	10 773 362 891
TOTAL DO ACTIVO		10 794 898 439	-	10 794 898 439

PASSIVO	Notas	Valor Líquido (31-12-2017)
Outras Obrigações	6	104 179 452
TOTAL DO PASSIVO		104 179 452
Unidade de Participação	7	10 000 000
Resultado Líquido do Exercício		690 718 987
TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS		10 690 718 987
TOTAL DO PASSIVO + FUNDOS PRÓPRIOS		10 794 898 439

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Valores em AKZ)

RUBRICAS	Notas	Período Corrente (31-12-2017)
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS	8	880 648 222
TOTAL DOS PROVEITOS		880 648 222
JUROS E OUTRAS DESPESAS		130 530 400
IMPOSTOS	8	59 398 835
TOTAL DAS DESPESAS	8	189 929 235
APURAMENTO DO RESULTADO		690 718 987

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

(Valores em AKZ)

Recebimentos por aumento de capital	-	-	-
Pagamentos por redução de capital	-	-	-
Incorporação das reservas ao capital	-	-	-
Incorporação de lucros ou prejuízos acumulados	-	-	-
Efeitos de ajustes diários aos títulos e valores mobiliário	-	-	-
Efeitos de ajustes das operações cambiais	-	-	-
Efeitos de perdas líquidas em fundos de pensões patrocinado	-	-	-
Efeito da subscrição da unidade de titularização	-	-	-
Efeito da subscrição da unidade de participação	10 000 000 000	10 000 000 000	-
Apropriação do resultado líquido do exercício	690 718 987	-	690 718 987
Constituição de reservas	-	-	-
Anulação de reservas	-	-	-
Pagamento de dividendos antecipados das SI	-	-	-
Dividendos propostos no período	-	-	-
Compensação de prejuízos	-	-	-
Efeito das distribuições de resultados	-	-	-
Saldos em 31 Dezembro 2017	10 690 718 987	10 000 000 000	690 718 987

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Valores em AKZ)

	Notas	Período Corrente (31-12-2017)
Fluxo de Caixa de Juros e outros Rendimentos		105 477 994
Recebimentos de Proveitos Inerentes à Carteira de Títulos		105 477 994
Recebimentos de Proveitos Inerentes à Caixa de Comissões		-
Fluxos de Caixa de Rendimentos e Operações de Crédito		-
Fluxo de Caixa de Rendimentos de Câmbio		-
Fluxo de Caixa de Rendimento de Aplicações em Operações Comprometidas		-
Fluxo de Aquisição de Créditos e Emissão de UTC		10 000 000 000
Recebimento de Proveitos de Premios na Emissão das UTC		10 000 000 000
Fluxo de Caixa no Ajuste ao Valor de Mercado		-
Recebimentos de Proveitos de Títulos para Negociação		-
Fluxo de Aquisição de Créditos e Emissão de UTC		-
FLUXO DE CAIXA DOS RECEBIMENTOS		10 105 477 994
Fluxo de Caixa de Juros e Outras Despesas		(124 212 630)
Pagamento de Custos Inerentes a Outros Activos em Carteira		(124 212 630)
Pagamento de Custos Inerentes a Outros Activos em Carteira		-
Fluxos de Caixa de Despesas de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários		-
Fluxo de Caixa de Rendimentos de Câmbio		-
Fluxo de Caixa com Ajustes ao Valor de Mercado		(9 895 515 179)
Pagamento de Custos de Títulos para Negociação		(9 895 515 179)
Fluxo de Caixa de Impostos		(10 740)
Pagamento de Custos Inerentes aos Impostos Pagos em Angola		(10 740)
Fluxo de Caixa de Comissões		(85 739 042)
Pagamento de Custos de Outras Comissões		(85 739 042)
Fluxo de Caixa de Multas		-
Fluxo de Caixa de Custos e Perdas Operacionais		-
Fluxo de Caixa de Outros Custos e Perdas		-
Pagamento de Outros Custos e Perdas		-
FLUXO DE CAIXA DOS PAGAMENTOS		(10 105 477 591)
SALDOS DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO PERÍODO		403
Saldo em Disponibilidade no Início do Período		-
Saldo em Disponibilidade no Fim do Período		403

2. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. POLÍTICA DE INVESTIMENTO E RISCOS ASSOCIADOS AO INVESTIMENTO

A política de investimento do Fundo consiste na aplicação em oportunidades detectadas na dívida pública angolana em moeda nacional, com maturidade residual até 12 (doze) meses. O Fundo tem uma parte residual do seu património aplicada em depósitos bancários no Banco de Fomento Angola, S.A.

O Fundo está sujeito ao risco associado aos activos que integram a sua carteira, sendo, o principal, o risco de crédito.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos pela CMC.

O Fundo iniciou a sua actividade em 17 de Agosto de 2017, pelo que as suas demonstrações financeiras referentes ao período de 5 (cinco) meses findo em 31 de Dezembro de 2017 não apresentam uma análise em termos homólogos.

As demonstrações financeiras do Fundo encontram-se expressas em Kwanzas, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola em cada data de referência. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados e activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através dos resultados, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As demonstrações financeiras do período de 5 (cinco) meses findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da BFA GA em 15 de Maio de 2018.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

Especialização do exercício

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com a especialização do exercício, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do seu recebimento e pagamento.

Valorização da unidade de participação

O valor da unidade de participação é calculado diariamente e determina-se pela divisão do valor líquido global do fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema multi-currency, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.

Em 31 de Dezembro de 2017, os câmbios do Kwanza (AOA) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	31-Dec-17
1 USD	165,924
1 EUR	185,400

2.2 Títulos e valores mobiliários

Atendendo às características dos títulos e valores mobiliários, após o reconhecimento inicial, estes são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

No caso de títulos de dívida, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos.

Valor de mercado

A metodologia de apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos utilizada pelo Fundo é conforme segue:

- i) Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
- iii) Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e
- iv) Preço definido pelo Banco Nacional de Angola.

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado. Desta forma, as obrigações do tesouro emitidas pelo Estado angolano estão registadas no balanço do Fundo pelo respectivo valor de aquisição, por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado activo com transacções regulares.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de

passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada. Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito, recursos de Clientes e outros empréstimos.

Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

2.4 Comissões

Os gastos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são relativos a serviços prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

2.5 Imposto sobre os lucros

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em exercícios futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Imposto Industrial

O BFA OPORTUNIDADES encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A, sujeito a uma taxa de imposto de 7,5%. Está sujeito ao Decreto Legislativo Presidencial n.º1/14 de 13 de Outubro, que regula o Regime Fiscal aplicável aos Organismos de Investimento Colectivo (OIC).

Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

O Decreto Legislativo Presidencial n.º1/14 de 13 de Outubro, determina que os OIC estão isentos de qualquer outro imposto sobre o rendimento, nomeadamente o imposto sobre a aplicação de capitais.

Imposto sobre o património

O Decreto Legislativo Presidencial n.º1/14 de 13 de Outubro, determina que os OIC estão isentos de qualquer outro imposto sobre o rendimento, nomeadamente o imposto predial urbano sobre as rendas.

Outros impostos

O Fundo, está igualmente isento dos seguintes impostos:

- Imposto de selo nos aumentos de capitais;
- Imposto de selo sobre as comissões de gestão cobradas pela entidade gestora e sobre as comissões cobradas pela instituição depositária dos valores mobiliários; e
- Imposto de consumo sobre as comissões de gestão cobradas pela entidade gestora.

2.6 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respectiva divulgação.

3. INFORMAÇÃO DETALHADA DA CARTEIRA DO FUNDO

Em 31 de Dezembro de 2017, a carteira do Fundo apresenta a seguinte composição:

	Juros Carteira	Imposto	Juro Bruto	Valores de balanço Critério contab.	Valor de Mercado
110 - DISPONIBILIDADES	262 268		262 268		21 273 279,53
110.20 - Depósitos à ordem					402,80
171963241300001 - Conta DO					402,80
110.50 - Depósitos a prazo	262 268,34		262 268,34		21 272 876,73
DP: 17196324/20/004 - DP - AOA	262 268,34		262 268,34		21 272 876,73
130 - TÍTULOS E VALORES MOBIL.	877 847 713		877 847 713		9 895 515 178,70
130.1 - Dívida pública fixa	877 847 712,66		877 847 712,66		9 895 515 178,70
BT: AOTNB7617G17 - BT - AOA	877 847 712,66		877 847 712,66		9 895 515 178,70
260 - OUTRAS OBRIGAÇÕES					(104 179 452,49)
260.2 - Outras obrigações de natureza fiscal					(59 398 835,16)
260.2.60 - Imposto industrial					(59 398 835,16)
Imposto lucro Trib. LT - AOA					(59 398 835,16)
260.6 - Diversos					(44 780 617,33)
260.6.21 - Entidade gestora					(40 004 181,86)
Comissão de gestão - CG - AOA					(40 004 181,86)
260.6.31 - Entidade depositária					(4 000 418,19)
Banco depositário - BD - AOA					(4 000 418,19)
260.6.34 - Taxa supervisão					(776 017,27)
Taxa supervisão - TS - AOA					(401 017,27)
Taxa supervisão fixa - TF - AOA					(375 000,00)
TOTAL	878 109 981,01		878 109 981,01		9 812 609 005,74

4. DISPONIBILIDADES

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de Disponibilidades tem a seguinte composição:

	31-Dec-17
Disponibilidades em Instituições Financeiras	403
Depósitos à ordem	21 535 145
Outros	21 535 548

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Outros tem a seguinte composição:

	Capital aplicado	Juro corrido	Valor da carteira
Outros			
- Depósitos a Prazo	21 272 877	262 268	21 535 145
Outros	21 272 877	262 268	21 535 145

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A composição da rubrica Títulos e valores mobiliários é apresentada como segue:

					31/dez/17
Título	Moeda	Quantidade	Custo de aquisição	Juro corrido	Valor de balanço
AOTNBT617G17	AKZ	12 238 594	9 895 515 179	877 847 712	10 773 362 891
					10 773 362 891

6. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Outras Obrigações – Credores Diversos tem a seguinte composição:

Descrição	Período Corrente (31-12-2017)
Imposto Industrial	59 398 835
Comissão de Gestão	40 004 182
Banco Depósitoário	4 000 418
Autoridade de Supervisão	776 017
TOTAL DAS DESPESAS	104 179 452

7. FUNDOS PRÓPRIOS

Capital do fundo

O património do Fundo é constituído por unidades de participação, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcionalmente ao número de unidades de participação de que sejam titulares.

Com referência a 31 de Dezembro de 2017, o capital do fundo é:

				31/dez/17
	Capital	Subscrição	Resgate	Saldo
Valor	10 000 000 000	-	-	10 000 000 000
Resultado Acumulado	-	-	-	-
Resultado Líquido Exercício	-	-	-	-
Valor da Carteira	10 690 718 987			690 718 987
<hr/>				
Número da Unidade de Participação	10 000 000			
Valor da UPS Líquida	1 069.07			

Em 31 de Dezembro de 2017, o número de participantes desagregado por montantes de participação, é o que abaixo se apresenta:

Escalão de participantes (Montantes)	n.º de Participantes
Participantes entre 100 000 00 e 1 000 000 00	155
Participantes entre 1 000 000 00 e 10 000 000 00	310
Participantes entre 10 000 000 00 e 100 000 000 00	145
Participantes entre 100 000 000 00 e 2 500 000 000 00	7
	617

8. APURAMENTO DE RESULTADOS

No período findo em 31 de Dezembro de 2017, o resultado gerado pelo Fundo apresenta a seguinte composição:

31-Dec-17	
Carteira de Títulos	
Títulos da Dívida Pública	877 847 713
Outros Juros e Proveitos Equiparados	
Depósito a Prazo	2 800 509
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS	880 648 222

31-Dec-17	
Outras Comissões	
Comissão de Gestão	(116 553 923)
Comissão Banco Depositário	(11 655 392)
Comissão Taxa de Supervisão	(776 017)
Comissão Cevama	(1 494 718)
Comissão Bodiva	(50 350)
Outros custos e perdas	
Formação	
JUROS E OUTRAS DESPESAS	(130 530 400)

31-Dec-17	
Imposto de Industrial	(59 398 835)
IMPOSTOS	(59 398 835)

Relatório do Auditor Externo



Crowe Horwath Angola – Auditores e Consultores, S.A.
Member of Crowe Horwath International

Edifício Caravela – Praia do Bispo
Av. Dr. Agostinho Neto | Lote 1 |
6.º Andar Luanda | ANGOLA

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO (Valores expressos em milhares de Kwanzas “mAOA”)

Página 1 de 2

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do BFA Oportunidades – Fundo Fechado (doravante referido como “Fundo”) sob a gestão do BFA Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de investimento colectivo, que compreende o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de mAOA 10.794.898 e um total de fundos próprios de mAOA 10.690.719, incluindo um resultado líquido de mAOA 690.719), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das mutações nos fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período compreendido entre 17 de Agosto e 31 de Dezembro de 2017, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. A Administração do Fundo é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriada das peças referidas, de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimentos Colectivos em Valores Mobiliários em Angola e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação daquelas peças isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidades do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, sobre o balanço e demonstração de resultados com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se o balanço e a demonstração de resultados estão isentos de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração do Fundo, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião sem Reservas

6. Em nossa opinião, o balanço e a demonstração de resultados referidas no parágrafo 1, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Fundo Fechado - BFA Oportunidades em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao período compreendido entre 17 de Agosto de 2017 e 31 de Dezembro de 2017, em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimentos Colectivos em Valores Mobiliários em Angola.

Luanda, 16 de Maio de 2018

Crowe Horwath, S.A.

A Administração



CROWE HORWATH ANGOLA

Representada por João Martins de Castro

Perito Contabilista inscrito na OCPCA com n.º 20140123

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

